

# Editoração, payola moderna e “streaming royalties”: o pacto fáustico na indústria da literatura e música e o silêncio dos criadores na era da automação criativa

Ennio Martins de Oliveira (aka Ennio Villavelha)

## Desleitura

ISSN 2764-006X — Número 15 - jan. | fev. 2026

[ Recebido em 10 jan. 2026, aceito em 02 fev. 2026 ]

DOI <https://doi.org/10.56372/desleitura.v15i15.241>

Ennio Martins de Oliveira (aka Ennio Villavelha)  
Pós-graduado em Docência do Ensino Superior, Direi-  
to Digital e Proteção de Dados; Orientação Educacio-  
nal; Licenciado em Música (Universidade Federal de  
Ouro Preto - UFOP) e Universidade de Brasília (UnB).  
E mail: [enniomartinschess@gmail.com](mailto:enniomartinschess@gmail.com)

**Resumo:** Este ensaio examina as transformações recentes dos regimes de produção, circulação e reconhecimento simbólico na Literatura e na Música sob as condições da plataforma digital. A partir da metáfora do pacto fáustico, investiga-se de que modo escritores e músicos passam a negociar autonomia estética, temporalidade própria da criação e autoria em troca de promessas de visibilidade e subsistência econômica mediadas por dispositivos algorítmicos. Em diálogo com Friedrich Schiller, Theodor W. Adorno e Bernard Stiegler, argumenta-se que tais processos engendram formas específicas de silenciamento e precarização simbólica, intensificadas pela automação criativa e pela economia da atenção. O ensaio propõe, assim, uma reflexão ética e estética sobre a condição do criador contemporâneo, compreendendo Literatura e Música como práticas de resistência simbólica e de preservação da imaginação crítica.

**Palavras-chave:** Estética. Autoria. Plataformização.

**Abstract:** This essay examines recent transformations in the regimes of production, circulation, and symbolic recognition in literature and music under conditions of digital platformization. Using the Faustian pact as a critical metaphor, it investigates how writers and musicians increasingly negotiate aesthetic autonomy, the temporality of creation, and authorship in exchange for promises of visibility and economic survival mediated by algorithmic devices. In dialogue with Friedrich Schiller, Theodor W. Adorno, and Bernard Stiegler, the essay argues that these processes generate specific forms of silencing and symbolic precarization, intensified by creative automation and the attention economy. The essay thus proposes an ethical and aesthetic reflection on the condition of the contemporary creator, understanding literature and music as practices of symbolic resistance and preservation of critical imagination.

**Keywords:** Aesthetics; Authorship; Platformization.

## Introdução

Nas primeiras décadas do século XXI, a literatura e a música atravessam uma reconfiguração profunda de seus modos de produção, circulação e legitimação. A mediação editorial clássica — fundada em curadoria humana, temporalidades longas e reconhecimento simbólico progressivo — cede lugar a ecossistemas digitais governados por plataformas, métricas e algoritmos. Tal transformação, longe de se restringir ao plano técnico ou econômico, incide diretamente sobre a condição ética, estética e política do criador, deslocando o sentido mesmo da autoria e da obra.

Já em Friedrich Schiller, particularmente em “*A Educação Estética do Homem*”, a liberdade do artista aparece como condição indispensável para a formação ética da humanidade. A criação estética, para Schiller, não se submete integralmente nem à necessidade material nem à razão instrumental, pois opera como espaço de jogo, imaginação e reconciliação do humano consigo mesmo. Esse horizonte normativo — no qual a arte educa precisamente por não se deixar reduzir à utilidade imediata — torna-se especialmente relevante quando confrontado com os regimes contemporâneos de produção cultural, marcados pela aceleração, vigilância e pela monetização contínua da atenção.

É nesse ponto que se instaura a tensão central deste ensaio. Escritores e músicos são progressivamente interpelados por exigências de produtividade permanente, autopromoção incessante e adequação a padrões algorítmicos de visibilidade, ao fim praticamente inócuos. A promessa de democratização do acesso — frequentemente apresentada como virtude incontestável das plataformas digitais — convive com novas formas de concentração simbólica, precarização econômica e silenciamento compulsório. O que se anuncia como ampliação de oportunidades revela-se, não raramente, como redistribuição desigual da atenção e da remuneração; evidente, nunca tão baixa.

Nesse cenário, práticas historicamente associadas à indústria cultural, como a payola — conhecida no Brasil como “*jabá*” — não desaparecem, mas se metamorfoseiam. Elas reaparecem sob formas difusas, legalizadas e algorítmicas, integradas aos próprios mecanismos de recomendação e visibilidade, tanto na música quanto na literatura. O favorecimento pago, antes localizado em circuitos específicos, torna-se estrutural, opaco e naturalizado, aprofundando a assimetria entre criadores e plataformas.

É à luz dessas transformações que a metáfora do pacto fáustico se apresenta como chave interpretativa central deste ensaio. Assim como Fausto, o criador contemporâneo é convidado a trocar algo que lhe é essencial — tempo, autonomia, singularidade e silêncio criativo — por promessas de circulação, reconhecimento e sobrevivência simbólica. Diferentemente do drama clássico, porém, esse pacto raramente é explicitado: ele se impõe como condição tácita de participação nos circuitos culturais “*mainstream*”.

Ao articular literatura e música, este artigo propõe compreender como a plataformização, a automação criativa e os regimes de visibilidade reconfiguram a autoria e produzem silenciamentos que não se dão pela censura direta, mas pela normalização da precariedade. Ao mesmo tempo, sustenta-se que a criação estética, mesmo sob tais condições, conserva uma potência crítica e formativa capaz de tensionar essas lógicas. Entre a promessa de democratização e a experiência da captura, entre o pacto e a recusa, a literatura e a música permanecem como lugares privilegiados para interrogar o presente e imaginar outras formas de relação com o simbólico, assim como meios de remuneração concretos e sustentáveis.

Desde Goethe, Fausto encarna o sujeito moderno disposto a sacrificar limites éticos, temporais e existenciais em nome do progresso, do saber ilimitado e da realização individual. O pacto firmado com Mefistófeles não deve ser lido apenas como episódio literário ou alegoria moral, mas como dramatização de uma lógica histórica de troca assimétrica que atravessa o

passado e a modernidade. Ao aceitar a promessa de potência e aceleração, Fausto abdica da temporalidade reflexiva e da responsabilidade ética, inaugurando um modelo de subjetividade orientado pela expansão incessante e pela recusa do limite.

Essa lógica encontra, nos modelos de capitalização, sua forma plenamente secularizada. O pacto já não se estabelece com forças demoníacas, mas com sistemas econômicos, técnicos e simbólicos que prometem eficiência, visibilidade, sucesso em troca de adaptação e conformidade. O desejo de superação do tempo, da escassez e da finitude, central nesta esteira fáustica, reaparece sob a forma da conversão de todas as esferas da vida em dados e desempenho mensurável. Entendido neste ensaio como metáfora heurística, e não como categoria descritiva estrita, permite-se articular crítica ética e análise de conjuntura sem recorrer a modelos sociométricos fechados. Sua força reside justamente na capacidade de iluminar tensões, ambivalências e paradoxos da criação na atualidade, evitando tanto o moralismo quanto a neutralização tecnicista. Trata-se de um operador conceitual que torna visível o custo simbólico das promessas de progresso associadas às plataformas digitais e seus adjacentes.

No contexto da indústria cultural digital, manifesta-se quando o criador aceita submeter sua obra, seu tempo e sua subjetividade às lógicas de visibilidade algorítmica. A promessa não é mais a transcendência, mas o engajamento, o alcance e a permanência nos fluxos informacionais. O preço pago, contudo, é a erosão da autonomia estética, a fragmentação da obra e a interiorização de critérios externos à criação, como métricas de desempenho e padrões de consumo. Esse pacto opera de forma silenciosa, condescendente e naturalizada. Diferentemente dos contratos explícitos da indústria cultural clássica; não menos draconianas, a adesão às plataformas ocorre sob o discurso da liberdade, da democratização e da autoexpressão. O criador é apresentado como empreendedor de si mesmo, responsável por sua visibilidade e fracasso, enquanto as estruturas algorítmicas permanecem opacas. A assimetria da troca — central no mito fáustico — reaparece aqui na discrepância entre a promessa de autonomia e a realidade da dependência basilar.

Ao mobilizar a metáfora, este ensaio busca evidenciar que a crise da autoria na Literatura e na Música não resulta apenas de transformações técnicas, mas de uma reconfiguração ética da criação. O que está em jogo não é apenas a circulação das obras, mas a própria possibilidade de uma prática artística que preserve tempo, silêncio e negatividade — elementos indispensáveis à liberdade estética. Nesse sentido, a metáfora fáustica permite compreender a criação contemporânea como campo de disputa entre aceleração e resistência, entre promessa de visibilidade e perda de sentido.

### **Plataformização e economia algorítmica da atenção: precarização da autoria e compreensão da experiência estética contemporânea**

A crítica clássica da indústria cultural, formulada por Theodor W. Adorno e Max Horkheimer, já denunciavam a padronização, a serialização e a mercantilização da arte sob as condições do modelo de negócios. Para os autores, a cultura, ao ser submetida à lógica industrial, perde sua capacidade crítica e emancipatória, transformando-se em mercadoria administrada, orientada pela repetição e pela previsibilidade. A indústria cultural não apenas distribui bens simbólicos, mas produz formas de consciência adaptadas à ordem existente, neutralizando a negatividade estética e a possibilidade de resistência.

Entretanto, a plataforma da cultura intensifica e reconfigura esse processo ao substituir as mediações institucionais tradicionais — editoras, gravadoras, curadores, críticos — por mediações algorítmicas, automatizadas e orientadas por “*big data*”. Se na indústria cultural clássica ainda havia instâncias humanas de seleção e legitimação, no regime das plataformas a curadoria é delegada a sistemas de recomendação cujo objetivo central é maximizar engajamento, tempo de permanência e monetização da atenção. A racionalidade estética cede lugar à racionalidade computacional.

No campo musical, o streaming fragmenta a obra em faixas isoladas, extraídas de sua unidade formal e reconfiguradas como fluxos contínuos de dados. Álbuns perdem centralidade, sendo substituídos por *playlists* temáticas, muitas vezes produzidas ou controladas pelas próprias plataformas. A escuta deixa de ser uma experiência temporalmente situada e passa a operar como consumo intermitente, guiado por sugestões que privilegiam a familiaridade e a repetição. A música torna-se ambiente, trilha funcional, “*easy listening de elevador*”, elemento de regurgitação afetiva.

Na literatura, processo análogo ocorre nos marketplaces digitais. A lógica do catálogo — historicamente associada à memória editorial, à curadoria e à permanência das obras — é dissolvida em rankings dinâmicos, avaliações instantâneas e visibilidade paga. Livros competem por atenção em vitrines (não menos algorítmicas e calculadas em reuniões) que se reorganizam continuamente, pressionando autores a produzirem com maior frequência e menor tempo de maturação. A obra literária passa a ser tratada como “conteúdo”, mensurável por cliques, avaliações e conversões, e não mais como forma dotada de densidade, estética própria.

Em ambos os casos, Música e Literatura tornam-se subordinadas, engajamento e retenção, critérios que pouco dizem respeito à qualidade estética ou à complexidade formal. A plataformização, assim, não apenas aprofunda a lógica da indústria cultural, mas inaugura um novo estágio, no qual a dominação se exerce de maneira difusa, automatizada e aparentemente neutra. Trata-se de uma forma de poder que não prescreve conteúdos explicitamente, mas molda silenciosamente as condições de possibilidade da criação, da circulação e da recepção cultural.

Historicamente associada à indústria musical do século XX, a prática da payola — pagamento direto ou indireto para assegurar a execução privilegiada de determinadas obras — ressurge no ambiente digital sob formas difusas. Se, no passado, a payola era percebida como desvio ético ou prática ilegal,

no ecossistema das plataformas ela se converte em estratégia estrutural de promoção, incorporada aos próprios modelos de negócio. A visibilidade cultural deixa de ser resultado de reconhecimento progressivo e passa a ser produzida por dispositivos técnicos e financeiros que operam de maneira em favor daquele que paga mais. Liz Pelly (2022) demonstra como *playlists* editoriais, impulsionamentos algorítmicos e acordos promocionais funcionam como mecanismos contemporâneos de *payola*. Ainda que apresentadas sob o manto da personalização e da neutralidade técnica, essas *playlists* orientam a escuta e a deformação do gosto.

O que pode determinar o sucesso ou o apagamento de um artista, trata-se de uma dependência postiça, inoculada em relação às próprias decisões, sob o panóptico das plataformas. A *payola*, nesse contexto, não desaparece: ela transborda em infraestrutura. Esse regime produz uma hierarquia artificial da atenção, na qual artistas vinculados a grandes selos ou com maior capacidade de investimento financeiro e performativo obtêm vantagem sistemática. A promessa de democratização do acesso convive com a intensificação da concentração simbólica e artificial, uma vez que a maior parte das execuções se concentra em um número reduzido e impulsionado de obras. A escuta torna-se previsível, reiterativa e orientada por monotonias, invariabilidade em detrimento da experimentação estética.

Na literatura, processo análogo ocorre por meio dos *marketplaces* digitais e das plataformas de autopublicação. Conforme analisa John B. Thompson (2021), o campo editorial passa por uma profunda reorganização estrutural, na qual a visibilidade das obras é cada vez menos mediada por editores e críticos e cada vez mais dependente de mecanismos algorítmicos, *rankings* de vendas, avaliações de usuários e investimentos promocionais. O que Thompson denomina de “economia da atenção editorial” desloca o eixo da legitimação literária da curadoria estética para a performance mercadológica.

Segundo Thompson, esse modelo produz uma instabilidade permanente: livros entram e saem rapidamente de destaque,



sendo substituídos por novos títulos em ciclos acelerados de exposição e esquecimento. A lógica do catálogo — central para a construção de trajetórias autorais e para a memória literária — é dissolvida em vitrines dinâmicas que recompensam volume, frequência e adaptabilidade. A visibilidade, assim, torna-se uma mercadoria temporária, adquirida por meio de pacotes promocionais, otimização de metadados e campanhas pagas.

Esse regime de visibilidade artificial conecta-se diretamente à questão dos *royalties* e da precarização criativa. Tanto na Música quanto na Literatura, a promessa de maior circulação não se traduz, necessariamente, em remuneração justa. No *streaming* musical, milhões de execuções geram retornos financeiros mínimos, enquanto a maior parte da receita permanece concentrada nas plataformas e nos grandes intermediários. Na literatura digital, vendas fragmentadas e descontos agressivos reduzem significativamente a remuneração dos autores, que passam a depender de volume e autopromoção contínua para alcançar rendimentos modestos.

Dessa forma, a *payola* moderna não apenas condiciona o acesso à visibilidade, mas também reorganiza a economia da criação.

O criador é compelido a investir tempo, recursos e energia em estratégias de exposição que raramente se convertem em estabilidade econômica. A visibilidade torna-se condição de sobrevivência, mas não garantia de subsistência. O resultado é uma forma específica de precariedade: não apenas material, mas também permeada pela constante sensação de substituíbilidade e obsolescência. Além de sistematicamente alijar o artista e tratá-lo como um marginal, um pária.

Deve-se compreender este cenário como elemento central da cultura platformizada. Ao transformar visibilidade em mercadoria e submeter a criação a métricas de desempenho, as plataformas reforçam a assimetria característica deste pacto fáustico contemporâneo. O terreno para a análise dos regimes verticalizados, com ares de horizontalizados. É a economia da precariedade financeira e criativa, nos quais as promessas de

acesso ilimitado revelam seu custo. Além de conferir um abismo ético e estético. Modelos de remuneração em micro valores que configuram a atual relação entre obra, tempo e subsistência. De forma transversal aos modelos anteriores de venda física ou de direitos autorais fundados na unidade da obra, o *streaming* remunera a execução individual por valores ínfimos, exigindo milhões de reproduções para a geração de rendimentos minimamente significativos. A criação artística deixa de ser compreendida como forma de autonomia e passa a ser tratada como fluxo contínuo de dados. Apenas.

O valor simbólico da obra é progressivamente subordinado. Dentre as melhores hipóteses, o reconhecimento estético abre lugar à permanência cultural, à visibilidade por aqueles que ainda praticam a habilidade da autocuradoria. Literatura e Música incentivadas por estes a tornarem-se imprevisíveis e profundas; não serial, fragmentária, sim, orientada por ciclos naturais de consumo. O elástico tempo da criação, indispensável à maturação formal e à experimentação, capaz de florescer, se converter em obra plenamente realizada e em expressão singular do criador.

A dinâmica atual produz hiatos. Não se trata apenas de instabilidade financeira, mas da corrosão das condições éticas e estéticas que sustentam a própria possibilidade de criação. O criador passa a existir publicamente apenas enquanto consegue manter níveis mínimos de visibilidade e engajamento. O silêncio — historicamente constitutivo do processo criativo — converte-se em risco de desaparecimento algorítmico. A ausência deixa de ser intervalo produtivo e passa a ser interpretada como falha performativa, *blank canvas*, “branco total radiante!”.

É precisamente nesse ponto que a reflexão de Friedrich Schiller, em “*A Educação Estética do Homem*”, adquire relevância crítica renovada. Para Schiller, a experiência estética constitui um domínio específico da liberdade humana, pois nela o sujeito não se encontra submetido nem à coação da necessidade sensível nem à rigidez da razão instrumental. A arte não

se reduz à função, ao cálculo ou à utilidade: ela opera como espaço de reconciliação do humano consigo mesmo.

O homem só é plenamente homem quando joga, e só joga quando é homem no pleno sentido da palavra. Pois, para dizer de uma vez, o homem não deve apenas viver, mas viver com forma; não deve apenas agir, mas agir livremente. É somente no estado estético que ele é simultaneamente passivo e ativo, determinado e livre, e apenas aí se realiza a harmonia de sua natureza (Schiller, 2002, p. 119).

A partir dessa formulação, torna-se cristalina a compreensão contemporânea de perda estrutural do espaço do jogo estético. O criador submetido às irracionalidades, a editais, não cria mais em estado de liberdade, mas sob vigilância permanente e expectativas *nonsense*. A criação deixa de ser jogo e reconciliação e passa a ser tarefa funcional, ainda, estatal.

Desloca-se, assim, para o criador, a responsabilidade integral por sua sobrevivência econômica num mercado que não se abre a novas condições culturais, suficientes para abrir novas salas, teatros e cinemas. Via livre mercado de consumo: só existe arte onde houver dinheiro (um clichê histórico que justifica e justificou a figura do mecenas). Escritores e Músicos e os artistas, *lato sensu*, tornam-se gestores de si mesmos, entretanto, subjugados à reinvenção diária, energia e recursos em autopromoção, manutenção de presença digital e adaptação contínua aos critérios da plataforma. O trabalho criativo é progressivamente parasitado por atividades administrativas e comunicacionais, reduzindo os cenários possíveis. A obra transforma-se em meio e, não mais no fim, em si mesma.

Sob esse prisma, a precariedade simbólica não é um efeito colateral accidental da modernidade, mas consequência direta da substituição da liberdade estética — tal como pensada por Schiller — por um regime de produção orientado exclusivamente pela racionalidade instrumental. A obra perde sua função formativa, e o criador é reduzido a operador de conteúdo em um sistema que privilegia a repetição, a previsibilidade.

A crítica adorniana à troca equivalente encontra aqui sua atualização contemporânea. Tudo se torna comparável, quantificável e substituível. A singularidade da obra é dissolvida em estatísticas abstratas, e o criador é transformado em perfil de desempenho. Frise-se a mesma promessa de acesso ilimitado à cultura oculta, uma forma sofisticada de exploração exercida de maneira difusa e automatizada.

Dessa forma, não apenas redefine-se a economia da criação, mas instauram um ambiente de insegurança permanente, no qual a autonomia estética é sistematicamente sacrificada em nome da sobrevivência. Emerge como expressão do tal pacto fáustico contemporâneo: agravando as dimensões que Schiller reconheceu como essenciais à formação ética e estética do sujeito, e que Hegel concebe como mediações da realização do espírito — desarticulando tudo como uma troca de natureza ‘noves fora zero’, na qual a renúncia humana não assegura reciprocidade simbólica ou econômica. Tal contexto prepara o terreno para a intensificação desses processos pela automação criativa e de uma forma ou de outra, pela inteligência artificial, que sempre esteve presente, agora com maiores contornos e desenvoltura.

A emergência da inteligência artificial generativa introduz uma camada a mais, inédita, de tensão no campo da produção cultural. Diferentemente das tecnologias anteriores de mediação ou difusão, os sistemas de geração automática de textos, imagens e músicas não apenas distribuem ou amplificam obras humanas, mas passam a produzir conteúdos formalmente semelhantes à criação autoral. Esses sistemas são treinados sobre vastos acervos de obras humanas pré-existentes — literárias, musicais, visuais — frequentemente sem consentimento, remuneração ou reconhecimento de autoria. A automação deixa de operar como mera ferramenta auxiliar e passa a ocupar o lugar da criação, aposentando até as “fazendas de escritores” de Hollywood, transformando roteiros em produtos instantâneos e ideias que não conhecem cansaço, inspiração ou erro. Onde antes se cultivava a imaginação humana, agora florescem códigos frios e eficientes. A escrita singular de cada escritor se dissolve num mar de padrões, deixando que a indústria distribua

a ilusão de criatividade. E se é arte ou não, trata-se aí de um axioma a ser avaliado ao passar dos anos.

Esse deslocamento produz uma mutação profunda no estatuto da autoria. A obra gerada por IA não possui intenção estética, historicidade vivida ou inserção ética no mundo social; ainda assim, ela circula, funcional, integrada aos mesmos regimes de visibilidade, monetização e consumo que a criação humana. Assimetria como resultado: enquanto o criador humano permanece submetido à precariedade simbólica e econômica supracitada, a produção automatizada opera sem tempo, sem custo vital e sem necessidade de reconhecimento.

Bernard Stiegler (2011) oferece uma chave conceitual decisiva para compreender esse processo ao analisar a técnica não como simples instrumento, mas como elemento constitutivo da subjetividade humana. Para Stiegler, os processos de individuação psíquica e coletiva — isto é, a formação do sujeito e do laço social — são indissociáveis das formas técnicas de exteriorização da memória e do saber. Quando essas formas passam a operar de maneira automática e industrial, ocorre um risco estrutural de desindividuação.

A automatização generalizada dos processos simbólicos conduz à perda de saber-fazer e de saber-viver, isto é, à destruição dos processos de individuação psíquica e coletiva. Quando a técnica se autonomiza, ela deixa de ser condição da individuação para tornar-se vetor de proletarianização do espírito (Stiegler, 2011, p. 45).

Essa advertência permite compreender a automação criativa não como simples avanço tecnológico, mas como aprofundamento da lógica fáustica avaliada, agora, somadas às personagens de Philip K. Dick (2006) como realidade ou desdobramento da ficção em realidade. O criador admite a captura de sua produção para alimentar sistemas autônomos, participa involuntariamente de um processo que esvazia as condições futuras da própria criação humana. O pacto deixa de ser apenas econômico ou simbólico e passa a ser ontotécnico: troca-se a singularidade do gesto criativo pela eficiência da reprodução.

A captura da autoria ocorre, assim, em dois níveis complementares. No primeiro, material, as obras humanas são incorporadas aos conjuntos de treinamento sem reconhecimento jurídico, *smart contracts*, qual seja, ou compensação financeira adequada. No segundo, simbólico, a noção mesma de autoria é diluída, substituída por uma ideia de produção neutra, impessoal e instantânea. A criação deixa de ser expressão situada de uma subjetividade humana e passa a ser tratada como mera combinação de estilos, temas e padrões codificados.

A exigência de produtividade contínua torna-se ainda mais violenta, ao tempo em que o valor da experiência estética singular é progressivamente corroído.

À luz de Stiegler, essa dinâmica pode ser interpretada como uma nova fase da “commoditização cultural”. Não se trata mais apenas da perda do controle sobre os meios de produção material, mas da perda do controle sobre os próprios processos que constituem a subjetividade. A técnica, ao invés de ampliar a capacidade humana de criação, passa a substituí-la, promovendo uma homogeneização e um platô da cultura à funcionalidade e à modismos eventuais.

A automação criativa não representa uma ruptura isolada, mas a culminação lógica dos sistemas analisados. A *payola* algorítmica, os *royalties* de microvalores e a precariedade simbólica preparam o terreno para um cenário no qual a criação humana se torna residual em todas as áreas. Atinge-se aqui sua forma mais radical.

Apesar do cenário de captura técnica, a Literatura e a Música persistem como práticas de resistência. Resistir, aqui, não significa enjeitar a técnica ou idealizar um retorno pré-digital, mas reinscrever-se nos meios num horizonte capaz de preservar a liberdade do gesto criador. Nesse sentido, a herança schilleriana da arte como espaço de jogo, formação e reconciliação do humano renasce como contraponto crítico às lógicas de aceleração, desempenho e mensuração permanente. Ensaio, romance, canção autoral, poema, instauram temporalidades incompatíveis com a lógica da produção instantânea.

Ao exigirem atenção prolongada, escuta atenta e interpretação, essas formas apontam para a via dos sentidos, que resiste à sua redução, a obra a *data*.. Trata-se, portanto, de compreender a criação como práticas de desaceleração, elaboração e cuidado — dimensões que já escapam, ao menos parcialmente.

Observa-se, de modo crescente, que as artes em geral passam a abandonar — total ou parcialmente — as grandes plataformas digitais, buscando alternativas concretas de subsistência fora dos regimes dominantes. No campo musical, isso se expressa na retomada de fábricas independentes de discos de vinil, na produção artesanal de CDs por meio de *burners* domésticos e na circulação direta em shows, feiras e redes locais. Na literatura, proliferam práticas de autopublicação manual, como livros costurados à mão, edições cartoneras, impressões sob demanda e circuitos alternativos de distribuição. Essas iniciativas não devem ser interpretadas como nostalgia fetichista do suporte físico, mas como resposta pragmática à precarização econômica e simbólica instaurada pelos modelos *marketplace*. Ao reassumir o controle sobre os meios de produção e circulação, o artista reconfigura sua relação com o tempo, com o trabalho e com o público. O objeto material — o disco, o livro artesanal, a edição limitada — passa a condensar valor, afetivo e econômico, permitindo que o criador se sustente financeiramente sem submeter a este ou àquele favor, ou “beija mãos”. Retoma seu estado bruto, reapropriam-se de seu modo crítico.

Narrar, cantar, escrever e fabricar sob condições adversas configura uma postura de criação que se opõe frontalmente à redução do artista a mero produtor de conteúdo. Válido ressaltar, artista é diferente do *entertainer*. Trata-se, em última instância, de afirmar que a criação estética continua sendo um espaço privilegiado de liberdade, mesmo — e sobretudo — em um contexto marcado pela automação.

## Considerações finais

O percurso traçado ao longo deste ensaio revela que a criação literária e musical nas primeiras décadas do século

XXI está atravessada por tensões que vão além da esfera meramente técnica ou econômica. A plataformação da cultura, a automação criativa e os regimes algorítmicos de visibilidade reconfiguram profundamente a noção de autoria, instaurando formas sutis, porém persistentes, de erosão expressiva e de silenciamento. Práticas como a *payola* moderna — “*jabá*”, novamente, em bom Português — revelam que a promessa de democratização do acervo e do acesso convive com mecanismos de favorecimento, hierarquização e exclusão.

Agora “naturalizados” sob indicadores, curadorias, classificações e promoções, esses processos não podem ser naturalizados. O silêncio que daí resulta não é imposto por interdição direta, mas produzido pela irrelevância programada, tornando invisíveis trabalhos e vozes que não se ajustam às fórmulas dos zeros e uns.

A crítica de Adorno à indústria cultural apresenta-se não apenas atual, mas intensificada. A substituição das mediações institucionais por dispositivos algorítmicos intensifica a uniformização estética e coloca a atenção como recurso central da economia simbólica.

Schiller se revela novamente vital. Em outra passagem de “*A Educação Estética do Homem*”, afirma que “a obra artística deve ser, antes de tudo, liberdade vivida, onde o sujeito experimenta sua própria capacidade de escolher e sentir” — destacando que o valor da arte reside não apenas no produto, mas na experiência de desenvolvimento sensível proporcionada. Assim, a literatura e a música oferecem não apenas contestação à aceleração e à captura das atenções, também, um espaço de formação da apreciação da reflexão crítica e da autonomia do espírito.

A persistência crítica, entretanto, não se manifesta de modo ostensivo. Muitos criadores permanecem silentes, não por consentimento, mas por exaustão e ausência de alternativas tangíveis. Ainda assim, nas fissuras do sistema — em circuitos independentes, suportes físicos reativados, práticas artesanais ou comunitárias — ressurgem a criação que rejeita a redução do artista a mero *hype* instantâneo vazio, ou fornecedor de conteúdo.



Entre captura e liberdade, entre visibilidade e silêncio, a insistência na atenção prolongada, na experimentação e no cuidado estético sustenta a potência crítica da obra. Para Schiller, essa liberdade da experiência estética não é luxo: é condição de cultivo da humanidade, de capacidade de julgamento e de autonomia.

Assim, a Literatura e a Música permanecem como práticas decisivas de preservação da imaginação crítica, persistência analítica e reinvenção do humano frente aos impérios digitais, que, cedo ou tarde, serão descentralizados e perderão o seu poder de orientar a percepção, hierarquizar relevâncias e moldar o sentido cultural.

## Referências

ADORNO, Theodor W.; HORKHEIMER, Max. *Dialética do esclarecimento*: fragmentos filosóficos. Tradução Guido Antônio de Almeida. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.

BENJAMIN, Walter. *A obra de arte na era de sua reprodutibilidade técnica*. Tradução Gabriel Valladão Silva. São Paulo: Brasiliense, 2012.

DICK, Philip K. How to build a universe that doesn't fall apart two days later. Tradução Artur Alves. In: Lawrence Sutin (org.). *O andróide e o humano*. Lisboa: Vega, 2006,

FLUSSER, Vilém. *O universo das imagens técnicas: elogio da superficialidade*. São Paulo: Annablume, 2008.

HAN, Byung-Chul. *No enxame: perspectivas do digital*. Tradução Lucas Machado. Petrópolis: Vozes, 2018.

MCGURL, Mark. *Everything and less: the novel in the age of Amazon*. London: Verso, 2021.

PELLY, Liz. *Mood machine: the rise of Spotify and the costs of the perfect playlist*. New York: Atria Books, 2022.

SCHILLER, Friedrich. *A educação estética do homem*. Tradução Marcelo Backes. São Paulo: Iluminuras, 2002.

STIEGLER, Bernard. *A técnica e o tempo*. Tradução Luciano de Rodrigues Carvalho. Campinas: Papirus, 1998.

THOMPSON, John B. *Book wars: the digital revolution in publishing*. Cambridge: Polity Press, 2021.

ZUBOFF, Shoshana. *A era do capitalismo de vigilância*. Tradução George Schlesinger. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2020.